



AS MULHERES NA FAB

O presente estudo, objetiva recuperar algumas produções intelectuais sobre a participação das mulheres no contexto militar brasileiro a partir da década de 80, focando na inserção e representatividade das mulheres nas corporações militares brasileiras.

No decurso da década de 70, diversos países começaram a admitir mulheres em suas Forças Armadas as quais passaram a receber uma formação idêntica a dos homens em setores onde era permitida a sua participação. Antes disso, existem literaturas acerca da presença de mulheres nas Forças Armadas desde a II Guerra Mundial as quais prestavam serviços militar na área de saúde e tarefas de apoio em áreas de retaguarda, embora no front russo, muitas delas fossem pilotos de caças e centenas atuassem como guerrilheiras em situações de combate. Após o conflito, a grande maioria foi dispensadas por julgarem-nas desnecessárias aquele serviço, embora em alguns países ainda mantiveram estas convocações; no Brasil, a inserção feminina nas forças armadas como militar ocorre tardiamente na década de 80.

No Brasil o pioneirismo coube a Marinha com a criação, em 1980, pelo então ministro da Marinha no governo do General Figueiredo, o Almirante – de – Esquadra Maximiano da Fonseca, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, tendo como objetivo o de atuar na área técnica e administrativa.

Mulheres na Aeronáutica

Pouco tempo depois a entrada feminina na Marinha, em 1982, ocorre na Aeronáutica, o ingresso da primeira turma de mulheres pela Força Aérea Brasileira (FAB), com a criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica saindo, assim, graduadas como 2º Tenentes, 3º Sargentos e Cabos.

Segundo Carvalho (1990) um estudo feito pelo Estado Maior, através da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), o qual propôs e executou um trabalho com seus estagiários, no qual foram estabelecidos alguns critérios, levando em consideração alguns artigos que abrangiam a qualificação, a origem e destino das mulheres, a função exercida e as dimensões psicológicas. Assim,

fazendo-se necessário organizar e internalizar as ordens para que o corpo funcione com maior equilíbrio, eficácia e ritmo para a melhor atuação na caserna.

O Corpo feminino da Reserva da Aeronáutica é criado com a Lei nº. 6.924 de 29 de Junho de 1981. A principal razão para a implantação deste corpo fica claro nas palavras do coronel⁵, primeiro comandante do curso de formação dos oficiais e dos graduados: ***A meu nível de conhecimento há um órgão na Aeronáutica, o Comando Geral de Pessoal (CGP) que assessora o Ministro da Aeronáutica em assunto de pessoal. Nesse órgão, há um grupo de trabalho de recursos humanos que, a pedido do Ministro, elaboraram uma forma de aumentar o efetivo da Aeronáutica sem alterar a Lei de Fixação da Força Militar. Somente por necessidade e se aprovado pelo Congresso é que pode haver o crescimento da Força através dessa Lei. Assim sendo, os sistemas militares usam um artifício, que são elementos que permanecem nas Forças Armadas por um tempo menor, e que se destinam à reserva da Aeronáutica.***

O Corpo Feminino foi aproveitado nessa brecha. O estudo inicial previa que nós, em cerca de quatro anos, teríamos 2.000 mulheres na Aeronáutica, 400 oficiais, e 1.200 sargentos. Este foi o projeto inicial; o corpo feminino seria então uma força de reserva com a permanência máxima de 8 anos na ativa e podendo haver renovação de contrato. O grupo achou que, para atender às necessidades da Aeronáutica, a mulher seria mais eficiente, dado o tipo de trabalho que ela exerceria e devido às condições de entrada para o setor militar e também porque, baseado nos estudos da Marinha, de que o Corpo Feminino estava dando certo. Em síntese, o corpo feminino aumentou o efetivo da Força (2.000 mulheres de 1981 a 1984), sem extrapolar os recursos disponíveis, além de suprir as deficiências nas áreas administrativas e técnicas. (Carvalho, 1990, p. 45 e 46, grifos da autora.) Desta forma, fica evidente que a mulher foi requisitada buscando suprir a deficiência de pessoal nas áreas técnicas e administrativas. Assim, podemos perceber que há uma reprodução no interior do espaço militar da divisão sexual e social dos papéis desempenhados por homens e mulheres fora do âmbito militar. Como Carvalho (1990) apreende em sua pesquisa, havia domínios bem delimitados e estabelecidos para homens e mulheres militares no interior da caserna e um discurso legitimador para isso seria a criação de mecanismos legais através de Leis, decretos e portarias.

Diante desse contexto a autora chega à conclusão de que não se deve considerar a instituição militar como um novo espaço de atuação da mulher, pois apesar da nova configuração, esta se apresenta com papéis tradicionalmente exercidos por homens e mulheres na sociedade contemporânea.

Outro ponto evidenciado pela autora é que na análise dos dados empíricos com a proposta teórica o que ficou evidente é que o reconhecimento da mulher no grupo militar se realiza através da sua condição de “sexo feminino”, ou seja, para a instituição “ser mulher” sobrepõe-se a de “ser militar”.

Em 1996, a Aeronáutica, rompendo com o processo tradicional de participação feminina, admite mulheres como cadetes na Força Aérea Brasileira (FAB) no quadro de Intendência, carreira administrativa da FAB, passando a ter a mesma formação masculina. Desta forma, na primeira turma, ocorre o ingresso de 17 cadetes femininos na AFA – Academia da Força Aérea (Pirassununga/SP) para o quadro de Intendência, área administrativa e financeira da FAB. Em 1999, ocorre a formação da primeira turma de oficiais militares femininos em Academia Militar no Brasil. Assim, pode-se dizer que a aeronáutica foi pioneira entre as três forças, em termos de formação acadêmica militar de mulheres em relação à formação dos homens, ou seja, as mulheres passaram a receber uma formação acadêmico-militar idêntica a dos homens em um curso de formação de oficial de carreira e a possibilidade de atingir ao generalato.

Emília Takahashi em 2002 apresenta seu estudo sobre a construção da identidade social dos cadetes da Academia da Força Aérea (AFA- Pirassununga/SP). Com relação aos aspectos levados em consideração para a abertura do curso as mulheres, esta mesma autora evidencia: ***No aviso ministerial nº.006/GM3/024 de 05 de maio de 1995, em que determinou a realização de estudos para que fosse permitida a inscrição e a matrícula de mulheres no Curso de Formação de***

Intendência na AFA, o então ministro da Aeronáutica Mauro Gandra, expressou claramente os aspectos considerados para a abertura do curso às mulheres: o mandamento constitucional de que homens e mulheres são iguais em direitos, obrigações e oportunidades; o fato de que a mulher vem aumentando sua representação na sociedade – devido à maior participação no exercício de atividades econômicas e administrativas e o aproveitamento da mulher no desempenho de papel cada vez mais significativo na Aeronáutica (TAKAHASHI, 2002, p. 135)

Ao final a autora acrescenta que mesmo que a construção de identidades masculinas e femininas reproduza a dicotomização da divisão dos papéis sexuais, existem espaços que permitem a subversão do paradigma tradicional ou mesmo a igualdade entre homens e mulheres. Assim, as cadetes sofreram os impactos do pioneirismo, mas esforçaram-se ao máximo para que sua condição de mulher não fosse sobreposta à de cadete, resultando que ao final da formação na academia, tanto elas quanto eles, identificam-se como militares.

O pioneirismo da Aeronáutica não ficou só restrito aos quadros de intendência, pois em 2003, ingressa nessa unidade-escola a primeira turma no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), sendo formada em 2006 a primeira turma de aviadoras do país. O quadro de aviação é a “atividade fim” dessa corporação, uma vez que cumpre a destinação primordial, que é voar. Vale dizer que, apesar desses avanços, há ainda muitas restrições, já que o quadro de Infantaria da Aeronáutica é o único da Academia da Força Aérea (AFA) que ainda não tem a presença feminina. Cristiane Aparecida Baquin (2007) nos relata o caso das pioneiras da aviação brasileira, como ocorre sua inserção e como se efetiva o curso para aviadores, curso este que estas cadetes integram. Segundo esta autora, por decisão do comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Batista, através da Portaria nº. 556-T/GC3, de 30 de julho de 2002, com matrícula prevista para o ano de 2003, incluir cadetes do sexo feminino no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). Através de uma decisão do Comando da Aeronáutica (COMAER), esse concurso foi reaberto com vagas específicas apenas para o sexo feminino, após encerrado o concurso nacional. A época foi destinada 20 vagas. Dessas 20 mulheres matriculadas, apenas 11 cadetes concluíram o curso em 2006, tornando-se Aspirantes-a-oficial.

Com relação a essas vagas específicas esta mesma autora destaca: ***O fato de algumas vagas serem destinadas ao quadro feminino foi motivo de controvérsia dentre os oficiais da AFA. De um lado posicionaram-se contrariamente os oficiais que viam nessa distinção tanto um primeiro ato de discriminação e/ou favorecimento quanto uma “brecha” para disputadas judiciais, tendo em vista que algumas mulheres poderiam conseguir uma vaga com uma pontuação menor que a de um homem que ficou de fora na classificação. De outro lado, asseguram alguns oficiais que esta é uma instituição singular e não uma faculdade no sentido lato do termo e que, portanto, suas regras são definidas tendo em vista um objetivo maior, qual seja neste caso, o de dotar os esquadrões e bases aéreas, num prazo médio de tempo, de pelo menos uma aviadora. Depreende-se então que esse fato só poderá ser concretizado mediante a reserva de vagas e a garantia de ingresso das mulheres. (BAQUIM, 2007, p. 5)***

Desta forma, esta mesma autora conclui que a iniciativa da FAB foi aceita positivamente, sem deixar de lado todos os percalços e o longo caminho que as mulheres ainda têm a percorrer, e reafirmando aqui no Brasil os resultados positivos demonstrados na aviação militar de outros países.

Nos anos seguintes não houve destinação de vagas específicas para as mulheres, voltando a ocorrer no concurso de 2006 para matrícula em 2007. A volta dessas vagas específicas destinadas as mulheres foi justificada devido ao número de aprovadas e matriculadas ter sido muito inferior daquele desejado pelo COMAER nos anos em que as mulheres disputavam com os homens as mesmas vagas. (Baquim, 2007)

Com relação aos percalços citado por Baquim (2007), eles ficam evidentes nas entrevistas do estudo de Crista Rodrigues da Silva o qual busca entender os indivíduos inseridos na instituição militar, focando na presença das mulheres nas Forças Armadas, tentando buscar uma relação entre guerra e

gênero. Também no estudo em questão nos é apresentado, de forma sucinta, alguns pontos a respeito da composição da família militar.

Desta forma, através de entrevistas realizadas, a autora tenta mostrar como é ser militar para as mulheres, demonstrando os processos de construção de masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas, evidenciando alguns casos do cotidiano dessas mulheres “guerreiras”. (Silva, 2006) Para tanto foi realizada uma pesquisa etnográfica na Academia da Força Aérea.

Um ponto importante a ser destacado seria a de que tanto Silveira (2003) quanto Mathias (2005) relatam que a inserção feminina na Academia da Força Aérea através do curso de formação de oficial combatente ocorreu através de medida judicial. (*Texto extraído do estudo: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO* Lauciana Rodrigues dos Santos (PPGCS/ Unesp - Marília, SP, Brasil). Orientador: Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha).

NOS DIAS ATUAIS.....

A presença feminina nas Forças Armadas brasileiras é cada vez maior. Hoje, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, elas já são 22.208 militares, ou 6,34% do efetivo total militar do país: 350.304. A boa notícia é que esse número tende a crescer por causa das mudanças ocorridas no sistema de ingresso nas carreiras militares, e da firme disposição da presidenta e comandante em chefe Dilma Rousseff para que elas se engajem na linha de frente da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

O ministro da Defesa, Celso Amorim, admite que a presença feminina ainda é pequena, mas avalia que, com as mudanças em curso, a tendência é ampliar esse cenário. Segundo ele, nos últimos anos houve um aumento da quantidade de mulheres nas Forças Armadas “não só em números, em qualidade, em intensidade e em termos hierárquicos mais importantes”.

“Temos observado um crescimento da participação feminina nas Forças Armada, mas o percentual ainda é pequeno se pensarmos a importância que tem as mulheres para o conjunto da sociedade e também em vários outros órgãos da administração pública. Mas esse número vai crescer ao longo dos próximos anos”, disse.

Celso Amorim tem sido um incentivador da ampliação da presença feminina na defesa. Por iniciativa própria, ele trouxe para seu gabinete oficiais mulheres das três forças. As militares atuam na assessoria, com serviços que vão desde o cerimonial ao acompanhamento cotidiano de reuniões que contam com a participação direta do chefe da pasta.

Hoje, a Força Aérea Brasileira é a que possui o maior número de militares do sexo feminino em seus quadros. Em 2002, elas somavam 3.249; atualmente chegam a 9.927. Apesar de estarem presentes nas pistas, hangares e escolas de formação, é dentro de aeronaves que elas escrevem seus nomes na história da aviação brasileira.

Foi assim que a tenente-aviadora Carla Alexandre Borges se tornou, no ano de 2011, a primeira aviadora a assumir o comando de uma aeronave de caça de primeira linha da Força Aérea, o modelo A-1 (AMX). No mesmo ano, a tenente Juliana Barcellos Silva, da primeira turma de aviadoras da AFA, foi a primeira mulher a assumir a função de instrutora. Essas marcas reúnem dezenas de mulheres determinadas e prontas para defender o país de ameaças externas.

O ingresso feminino na academia no Quadro de Oficiais Intendentes foi autorizado em 1995. Oito anos depois, em 2003, a instituição recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores e, a partir de 2016 a EPCAR também abriu vagas para a primeira turma de mulheres para formarem a primeira turma de cadetes feminina.



*SENA PRÉ-MILITAR o caminho mais curto para ingresso na
Força Aérea Brasileira*

www.cursosena.com.br
www.brasilpremilitar.com.br/apostilas